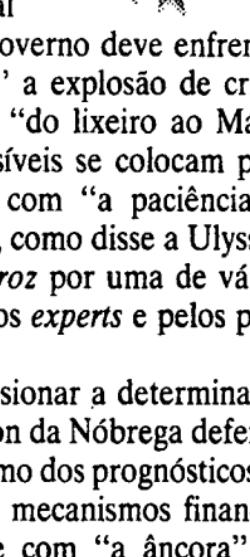


## Coluna do Castello

### Espera-se de Sarney espírito de decisão

O deputado Ulysses Guimarães, que deve voltar por volta de meia-noite de hoje, o governo ao presidente José Sarney, que vem de viagem pioneira e ao que parece proveitosa à União Soviética, traz a expectativa nacional ao dizer que o chefe do governo deve enfrentar "com espírito de decisão" a explosão de crises que, como um arco, vão "do lixeiro ao Mário Amato". Duas opções visíveis se colocam para Sarney: manter o rumo com "a paciência, a tranquilidade e a firmeza", como disse a Ulysses, ou trocar o *feijão com arroz* por uma de várias alternativas colocadas pelos *experts* e pelos políticos.



Não deixa de impressionar a determinação com que o ministro Maílson da Nóbrega defende sua política e nega o realismo dos prognósticos de hiperinflação. Para ele os mecanismos financeiros operam normalmente com "a âncora" da correção monetária. Não haveria corridas para ativos firmes e a especulação concentraria-se nos mercados paralelos do ouro e do dólar, que não têm grande peso no sistema financeiro. São pequenos negócios dentro do conjunto de aplicações. Apoiando essa linha, lembra o ministro Costa Couto que "os especuladores adoram a inflação". Não falta ao ministro da Fazenda sequer uma certa insolência quando diz que, se sua política "desagrada alguém e se afeta a carreira política de alguém, isso não é problema do Ministério da Fazenda". Maílson prevê pequeno declínio dos índices no próximo mês.

Admite todavia o ministro da Fazenda que as medidas até aqui tomadas não foram suficientes para debelar a inflação e se propõe a enfrentá-la com nova redução de gastos e com um choque fiscal. Cético, o economista André Lara Resende diz que com um governo fraco e estruturas partidárias fisiológicas não haverá credibilidade em qualquer proposta de acerto fiscal. É precisamente na estrutura do poder e na capacidade de decisão do presidente da República que se situa a expectativa por soluções que não podem mais ser adiadas, segundo o diagnóstico generalizado. O senador Roberto Campos insiste em que qualquer política, para dar certo, tem de partir de uma decisão irremovível, à semelhança do que ocorreu em 1964, quando ele e Bulhões puderam fazer o que fizeram graças à postura invariável do presidente Castello Branco.

Chegamos aí ao ponto em que a crise financeira adquire contextura política. O senador Humberto Lucena propôs a transferência da negociação do pacto social para o Congresso e o governador Orestes Quérzia sugere que Ulysses assuma a coordenação e "obrigue o governo a tornar viável o pacto social". Põe-se em cheque assim a autoridade presidencial e abre-se caminho para uma já aludida solução parlamentarista. O senador Jarbas Passarinho, pelo contrário, na linha do presidencialismo prega a demissão dos ministros que discordam do presidente e a adoção de "medidas impopulares", tal como fez Castello, o modelo do autoritarismo presidencial dos militares.

Se Sarney ficar com Maílson, o que deve acontecer, estará em condições parecidas com as do primeiro presidente militar, que teve de enfrentar as forças políticas válidas na sua época, principalmente os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto (o governador Adhemar de Barros queria apenas liberdade para continuar fazendo em São Paulo as suas coisas), para manter a então contestadíssima política de Campos e Bulhões. Deve-se lembrar que aqueles dois governadores dispunham na época de poder mais efetivo do que o que assiste hoje ao governador Quérzia. A alternativa em que colocam o presidente é abdicar dos seus poderes presidenciais transferindo-os a uma comissão congressual e interpartidária para suprir as deficiências de credibilidade e capacidade de decisão do governo. Isso até pode acontecer, mas não seria normal que acontecesse.

Entendimentos de parlamentares e governadores por cima do governo seriam uma aceleração da crise capaz de dar razão aos que já descreem de eleição presidencial no próximo ano. O presidente encontrará um quadro agravado da crise nacional e terá de situar-se dentro dele demonstrando o que até aqui tem sido posto em dúvida: seu poder de decidir e de seguir uma linha reta. As crises menores poderão atrapalhá-lo, entre elas a do Banco Central com o Ministério da Fazenda.

### A luz e o túnel

Para o ministro Costa Couto, o pacto já brilha com a luz no fundo do túnel.

### Raphael e Ulysses

O secretário Raphael de Almeida Magalhães coloca acima das suas análises pessoais seu apoio a Ulysses Guimarães e sua fé na capacidade política do presidente do PMDB.

### Imagem de 1968

Na Avenida Rio Branco, o deputado Vladimir Palmeira, à frente de um grupo do PT, tentou uma passeata que foi apenas sombra melancólica das de 1968, tão brilhantemente reconstituídas por Zuenir Ventura no seu livro *1968, o ano que não terminou*.

### Brasília, ano zero

O ex-deputado Neiva Moreira, com base em apontamentos feitos na época, reconstitui o drama da transferência da Câmara dos Deputados para Brasília. Como velho jornalista compôs excelente reportagem a integrar-se na epopeia da criação da nova capital.

**Carlos Castello Branco**